

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 490.951 - SC (2019/0025379-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : CELSO PEREIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. APENADO QUE CUMPRE PENA EM REGIME SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE VAGA ESPECÍFICA. CUMPRIMENTO DA PENA EM LOCAL SEMELHANTE, COM GARANTIA DOS DIREITOS INERENTES. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DAS CONCLUSÕES DA CORTE DE ORIGEM SOBRE AS CONDIÇÕES DO RECOLHIMENTO. INCURSÃO NO ARCABOUÇO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO *WRIT*. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Consoante o entendimento desta Corte, "*na ausência de vaga em estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semiaberto, o resgate da reprimenda em local similar, garantidos os benefícios próprios do modo intermediário, não configura constrangimento ilegal, pois o apenado não se encontra sujeito a regime mais gravoso*" (AgRg no HC 379.324/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017).

2. No caso, o Tribunal *a quo*, atento à Súmula Vinculante n.º 56, afirmou que o estabelecimento em que o Apenado cumpre pena atende às condições legais do regime semiaberto, sendo assegurados os direitos correlatos ao atual regime prisional do ora Agravante.

3. Alterar o entendimento adotado pela Corte de origem, no tocante às conclusões firmadas acerca das condições atinentes ao recolhimento, conforme veiculado nas razões do recurso, demandaria, necessariamente, a análise de matéria fático-probatória, o que não se revela compatível com a via estreita do *habeas corpus*.

4. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

